

DENISE DE SOUZA

**Das aulas de gymnastica ao ensino superior –
uma possível história da Educação Física.**

Monografia apresentada à Disciplina
Seminário de Monografia como requisito
parcial para conclusão do curso de
Licenciatura em Educação Física, do
Departamento de Educação, do Setor de
Ciências Biológicas, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

...essa procura da segurança de uma teoria perfeita, totalizada, é a heresia original contra o conhecimento. Essas perfeitas criações idealistas, magnificamente costuradas com um ponto conceptual invisível, acabam sempre na banca de liquidação.

THOMPSON

SUMÁRIO

RESUMO	iv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Motivação da pesquisa.....	1
1.2 Delimitação/Identificação do problema.....	2
1.3 Objetivos.....	3
1.3.1 Objetivo geral.....	3
1.3.2 Objetivos específicos.....	3
1.4 Justificativa.....	3
1.5 Metodologia.....	4
2 EDUCAÇÃO FÍSICA NO SÉCULO XIX	7
2.1 Primeiros professores.....	7
2.2 Significados e conteúdos.....	13
2.3 Escolas de formação.....	17
3 EDUCAÇÃO FÍSICA NO SÉCULO XX	20
3.1 Primeiras iniciativas rumo à formação do profissional de Educação Física	20
3.2 Ensino Superior.....	30
3.2.1 EsEFEx – a “célula-mater” da formação dos profissionais da área	30
3.2.2 ENEFD – primeira escola de formação ligada a uma universidade.....	34
4 CONCLUSÃO	40
5 REFERÊNCIAS	43
5.1 Referências bibliográficas.....	43
5.2 Referências de documentos.....	44

RESUMO

Esta monografia surgiu como produto de um projeto de pesquisa de levantamento e catalogação de fontes e tem como objetivo aprofundar os conhecimentos acerca da formação de professores de Educação Física, na busca pela compreensão recente da constituição da História da Educação Física no Brasil. Dentro dos limites de uma pesquisa bibliográfica pretendi identificar a origem das pessoas que por algum motivo estariam envolvidas com a docência de exercícios ginásticos, saber o que estaria servindo como subsídio para a realização dessas aulas e como se desenvolveram as condições que tornaram possível a criação de um curso superior em Educação Física. Para isso realizei uma revisão bibliográfica dos trabalhos referentes aos primeiros indícios da formação em Educação Física no Brasil, utilizando ainda algumas fontes históricas apenas a título exploratório. É corrente na historiografia a idéia de que os militares foram senão os únicos, os principais responsáveis pelo desenvolvimento da formação profissional. Tento trazer novos elementos para uma discussão que sob óticas diferentes já tem recebido atenção por vários pesquisadores contemporâneos tais como GRUNNENVALDT (1998), MELO (1996), FERREIRA NETO (1998), SILVA e SILVA (2001) entre outros. O que pode ser apreendido do material pesquisado é que provavelmente tenham sido mesmo os militares responsáveis por esforços mais efetivos no sentido de sistematizar a formação profissional, principalmente a partir da terceira década do século XX o que não diminui o mérito da importante trajetória dos primeiros professores que no século XIX estavam atuando nas escolas em condições precárias com base nas informações de seus compêndios. Torna-se evidente neste trabalho que ainda há muitas lacunas relacionadas ao tema e que sem o preenchimento destas muitas perguntas continuaram sem respostas, sendo assim pretendo oferecer à comunidade acadêmica o levantamento de indícios da formação profissional e despertar o interesse por esse campo de pesquisa ainda pouco explorado.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivação da pesquisa

No segundo semestre de 2001 passei a integrar a equipe de pesquisa do projeto intitulado “Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física no estado do Paraná (1846 – 1939)”, coordenado pelo professor Marcus Aurélio Tabora de Oliveira. Uma das atividades deste projeto me suscitou questionamentos que possibilitaram a elaboração da proposta de estudo desta monografia, a qual passo a descrever.

No dia 27 de setembro de 2001 eu e a colega Talita Banck Dalcin participamos de um encontro no qual o professor Marcus Aurélio Tabora de Oliveira entrevistava o professor Hamilton Saporski Dal’lin. Esta entrevista fazia parte de uma das atividades do projeto, sendo que a mesma pôde ser realizada em função de contatos ocorridos no Colégio Estadual do Paraná, por ocasião da pesquisa documental que estava sendo por nós executada nos arquivos daquela instituição.

Observo que o professor Hamilton - nascido em Curitiba, no dia 08 de dezembro de 1913 – destacou-se como indivíduo de grande importância para a história da Educação Física no estado do Paraná, pois durante o período em que serviu o exército, teve contato com a prática esportiva, a ponto de se tornar um atleta de destaque em várias modalidades e posteriormente treinador. Também foi aluno da Escola de Educação Física do Exército, no período de 1935 a 1938, no Rio de Janeiro.

Teve participação na reabertura da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná que, apesar de fundada em 1939, fechou no ano seguinte e reabriu em 1942/43

sendo regulamentada e reconhecida pelo Governo Federal alguns anos depois, em 1945.

O entrevistado - além do seu amplo relato de experiências - possui uma biblioteca formada por obras raras contendo desde periódicos de Educação Física da década de 40 em diante, à livros de anatomia, fisiologia, método de ensino entre outros assuntos afins à referida área de conhecimento.

A história contada por Hamilton me possibilitou o acesso a fatos desconhecidos e surpreendentes que somados às pesquisas em arquivos¹ me incitaram a estudar e conhecer mais a respeito da história da Educação Física, no período anterior à fundação de um curso superior. Foi dessa forma que defini o meu objeto de pesquisa e que a partir de então passei a fazer os recortes e especificações necessárias a um trabalho monográfico.

1.2 Delimitação/Identificação do problema

Na investigação mantive foco em dois objetos interligados: os professores de Educação Física e sua formação.

Reconheço que os autores como GRUNENVALDT (1998), MELO (1996) e FERREIRA NETO (1998) partem de realidades e interesses distintos na realização de suas pesquisas. A partir disso, meu intento é buscar em cada um deles pontos convergentes e divergentes para ampliar as reflexões sobre a questão histórica da formação do professor de Educação Física, na tentativa de enriquecer esta discussão.

Dentro dos limites de uma pesquisa bibliográfica, pretendi identificar a origem – professores escolares, militares, imigrantes e outros – das pessoas que por algum motivo estariam envolvidas com a docência de exercícios ginásticos além de procurar saber o que e como – material didático, cursos – estaria levando estas pessoas a

¹ Os arquivos pesquisados durante a minha permanência no projeto foram o Arquivo do Colégio Estadual do Paraná e o Arquivo Público do Paraná.

adquirir o conhecimento/conteúdo necessário à realização das aulas, bem como quais os seus instrumentos didáticos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Problematizar a constituição da área de conhecimento a respeito da educação física entre o final do século XIX e o início do século XX a partir de uma pesquisa bibliográfica, numa perspectiva de questionar a história da formação de professores de Educação Física.

1.3.2 Objetivos específicos:

- Verificar quais foram as primeiras instituições de formação superior em Educação Física - bem como problematizar sua fundação - e os cursos que antecederam estas;
- Rastrear indícios de quem eram (civis, militares, atletas, imigrantes e outros) os primeiros docentes envolvidos com o ensino de exercícios físicos na escola.

1.4 Justificativa

Durante o 3.º ano da graduação tive a possibilidade de ingressar em um projeto de pesquisa, tendo permanecido nele por doze meses. Neste projeto tive acesso a

novos conhecimentos acerca da história da educação, bem como à fontes e entrevistas que suscitaram meu interesse no desenvolvimento desta monografia.

Além disso, pude perceber que essa temática foi pouco explorada até o presente momento, tanto que, apesar da competência dos autores utilizados neste trabalho, seus textos/temas ainda são pouco conhecidos pela comunidade acadêmica.

Sendo assim, espero que com este trabalho possa estar contribuindo para levantar outros questionamentos, que induzam à novas pesquisas sobre a história da formação de professores de Educação Física

1.5 Metodologia

O projeto de levantamento e catalogação de fontes do qual participei, se configura basicamente em dois momentos, organizados da seguinte forma: realizávamos reuniões as sextas-feiras para discutir textos relacionados à pesquisa histórica e a historiografia da Educação e da Educação Física escolar, além da socialização dos documentos pesquisados.

Os documentos pesquisados compunham o outro momento do trabalho de pesquisa, sendo que as demais tardes da semana eram ocupadas com o levantamento e a catalogação de fontes para o estudo histórico da Educação Física escolar, particularmente no estado do Paraná. Dentre os arquivos levantados², foram pesquisados, durante minha permanência no projeto, o do Colégio Estadual do Paraná e o Arquivo Público do Paraná.

² O coordenador do projeto, realizou inicialmente o levantamento dos arquivos que poderiam contribuir para a pesquisa.

Algumas das fontes catalogadas neste último arquivo estabelecem relação direta com meu tema, e por esse motivo apesar de a análise documental não estar no horizonte deste trabalho, utilizo algumas fontes históricas estabelecendo um breve diálogo com a literatura a título apenas exploratório. Essa conduta se justifica em razão da quantidade de fontes de que disponho, que são insuficientes para a elaboração de uma hipótese que servisse como amostra da realidade, além do que o tempo reservado para a produção de uma monografia não permite a realização de uma pesquisa em arquivos.

Neste sentido Paiva e Paiva – referindo-se à análise de um processo que ocorreu em 1873 na Inspetoria da Corte, sobre o ensino de ginástica – acreditam que

... uma das dificuldades centrais de um texto como esse que escrevemos – analisando, nesse momento, um só documento e articulando hipóteses de trabalho com sínteses provisórias – é não se precipitar em avaliações de aparente valia. Na falta de séries documentais organizadas e de outros estudos sistematizados sobre o tema, esforçamo-nos para pensar satisfatoriamente de forma indiciária. (PAIVA e PAIVA, 2001, p. 6)

Sendo assim, a monografia foi construída a partir de uma revisão bibliográfica de trabalhos que tenham o propósito de pesquisar os primeiros indícios da formação de professores de Educação Física no Brasil.* Considero como parte dessa formação, desde material didático relativo à ginástica e cursos de pequena duração (três meses), até o desenvolvimento mais específico da formação profissional em si, com a fundação da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); bem como a problematização em torno dos interesses relacionados à esta. Busco ainda na literatura compreender o que levou à necessidade de se organizar uma formação superior na área e em que momento os militares passaram a exercer sua influência na construção dessa história.

Volto a minha atenção para os militares porque a maioria dos estudos que tratam da formação do professor de Educação Física coloca em evidência a participação ativa dos militares, tanto nos cursos de formação de professores de menor duração e caráter secundário, quanto nas iniciativas que tornaram possível a criação do ensino superior em Educação Física.

Por estar à procura de indícios de professores que estivessem relacionados ao ensino de exercícios ginásticos, o indicativo temporal se inicia no século XIX e vai até

aproximadamente 1939, ano de fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD).

2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO SÉCULO XIX

2.1 Primeiros professores

MELO (1996, p.8) relata ter identificado a precoce presença de militares ligados a docência de exercícios físicos na Escola Militar (1860) e na Escola da Marinha. Para ele, os militares foram provavelmente os primeiros a incluir em seus programas de formação, disciplinas ligadas à prática de exercícios físicos. Em contraposição, os médicos foram os pioneiros no aprofundamento deste estudo.

Paiva e Paiva ao problematizar um processo que ocorreu de abril a junho de 1873, na Inspeção de Instrução Pública da Corte, sobre o ensino da ginástica, demonstram um indício importante de que os militares já estariam envolvidos há algum tempo com a prática da ginástica no meio militar. Trata-se da iniciativa do Capitão Ataliba, cuja pretensão era “...na prática da ginástica nas escolas, formar pessoal qualificado para futuramente assumir as atribuições desse ramo de ensino – e outros, como a natação e a esgrima” (PAIVA e PAIVA, 2001, p.2). Pelo que consta, o referido capitão já havia atuado por vários anos como professor, na Escola Militar do Exército e em escolas da Corte de Niterói.

Ao catalogar documentos relacionados às práticas corporais no Arquivo Público do Paraná (APPR) através do projeto no qual fui bolsista, tive acesso a informações que me permitem dialogar com as afirmações e suposições propostas por Melo e Paiva e Paiva. Pude perceber em muitas fontes que os professores que ensinavam matemática, português, doutrina cristã, etc. eram os mesmos a lecionar ginástica, não ocorrendo nestes casos específicos a presença do meio militar. Indícios dessa separação, entre uma teoria produzida por um grupo distinto do que estaria aplicando esses conhecimentos na prática, pode ser percebida em um documento elaborado com o intento de tornar a ginástica obrigatória, sendo que para isso recorre-

se ao discurso dos *hygienistas*. Trata-se de uma cópia da resolução do ano de 1882 escrita por Carlos Augusto de Carvalho, presidente da província.

Atendendo a conveniencia de melhorar a educação *physica*, das crianças do sexo masculino e considerando que a *gymnastica*, desenvolvendo a musculatura e a vitalidade gerais tende a estabelecer o equilibrio como ensinão os hygienistas entre todas as funções, entre as aptidões *physicas* e a capacidade *intellectual*, resolve: Art 1º Os professores das escolas publicas primarias do sexo masculino são obrigados a ensinar a *gymnastica* aos alumnos tres vezes por semana e por tempo que não exceda de uma hora. Art 2º Enquanto a provincia não fizer distribuir os instrumentos e aparelhos necessarios, o ensino da *gymnastica* sera feito pelo methodo do professor Schreber, de Leipzig, devendo os professores guiar-se exclusivamente Gymnastica domestica medica e hygienica [grifos do autor] desse professor traduzida por Julio de Magalhães. Art 3º A Directoria Geral da Instrucção Publica remetterá a cada professor um exemplar da obra de Schereber e providenciará de modo que o ensino de *gymnastica* comece quinze dias depois de ter o professor recebido o alludido exemplar. Parágrafo único. Incorrerá nas penas indicadas no regulamento geral da Instrucção Publica o professor que deixar de cumprir o disposto neste acto. Art 4º A directoria geral da Instrucção Publica expedirá as instruções. (p.186)

O documento faz menção aos médicos (os *hygienistas*) como sendo os responsáveis pelos estudos desenvolvidos sobre a temática. Essa questão me parece ainda mais reforçada no nome dado ao respectivo compêndio – “*gymnastica domestica, medica e hygienica*”. Parece que o discurso produzido pelos higienistas estava servindo como um embasamento para a justificativa dos exercícios ginásticos. Mas, porque estariam direcionando ou reforçando os efeitos benéficos desta prática somente para os meninos? Se essa prática (exercícios) já estava ocorrendo no meio militar, conforme propõe Melo, porque a escola se baseia em estudos médicos?

Segundo MELO (1996, p.9) é provável que os estudos realizados pelos médicos não chegassem a ser lidos ou utilizados pelos militares. Apartir de alguns indicadores parece possível interpretar que, desde os primórdios da Educação Física no Brasil, teoria e prática ficaram sob responsabilidades distintas.

Talvez essa prática não estivesse tão dissociada da teoria, pelo menos não por parte dos professores escolares, que teriam de se basear em um material teórico (compêndios) para a realização das aulas práticas. Essa é a leitura que pude fazer a partir da resolução de 1882, porque aparentemente os professores que seriam “obrigados” a dar aulas de ginástica não tinham nenhum conhecimento específico

sobre o assunto e também não estava sendo ofertado, naquele momento, nenhum curso que possibilitasse a esses professores a compreensão dos conteúdos relacionados ao tema.

Um indício que acaba reforçando a idéia de que ainda não havia formação específica, pode ser percebido no estudo realizado por PAIVA e PAIVA (2001) no qual as autoras demonstram a intenção do Capitão Ataliba – no ano de 1873 – em formar professores de ginástica através de aulas demonstrativas ministradas por ele. Seu projeto não se concretizou, mas apesar disso o trabalho ressalta que essa foi uma atitude importante porque representa um entre tantos elementos que gestam as condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física (p. 6).

Pensando ainda na questão da teoria e da prática sob responsabilidades distintas, Melo sinaliza que essa relação entre médicos e militares viria a se caracterizar mais tarde, na organização da ENEFD como um possível jogo de interesses dentro do qual “...os médicos forneceriam a argumentação ‘científica’ conferindo um status elevado para o campo de conhecimento. Enquanto os militares estavam mais presentes e inseridos, não só ao nível dos altos escalões governamentais, como também aos da sociedade civil...” (MELO 1996, p.11)

Outra relação que pode ser percebida na resolução de 1882 é a de que provavelmente ela tivesse sido escrita com base em documentos anteriores, elaborados em outros países da Europa ou nos Estados Unidos³. Um sinal dessa influência pode ser percebido a partir de Marinho (1952, p.145) quando este demonstra como se deu a “introdução da *gymnastica* entre os ramos obrigatórios do programa elementar em Massachussets no ano de 1858”. Os professores que deveriam ser iniciados para ministrar ginástica não faziam parte do exército, e estas medidas de obrigatoriedade foram realizadas por autoridades escolares do estado. Além desses dados há o de que a prática não seria restritiva para os alunos do sexo masculino.

³ Com relação a educação, esses países eram considerados como um exemplo de modernidade e civilização a ser seguido, o que pode perceber em vários relatórios da Instrução Pública do século XIX.

Apesar de a resolução de 1882 ser semelhante a de outros países em alguns aspectos anteriormente citados, quanto à questão da promiscuidade⁴ nas aulas de ginástica, pelo menos em nível legislativo o Brasil não mostra semelhanças. Um exemplo disso pode ser percebido no regulamento para a Instrução Pública Primária baixado em março de 1852, na província de Amazonas. Este regulamento incluía os exercícios de ginástica no programa de instrução mas trazia a seguinte determinação: “As meninas não farão exercícios ginásticos” (MARINHO, 1952, p.10).

Dei destaque a esse ponto porque a resolução apresentada anteriormente, restringe aos meninos a aula de ginástica, e todos os documentos catalogados até o momento nos quais havia referência à observação de aulas de ginástica também apresentavam essa mesma característica restritiva.

Para Vago:

“A presença de ‘evoluções militares’ no programa de “exercícios gymnasticos”, exclusivamente para os meninos, pode ser compreendida ao se considerar a idéia de defesa da Pátria. Vários países europeus já haviam inserido essa prática nas escolas, como a Suécia, a Alemanha, a Suíça e a Inglaterra, e o mesmo se repetia nos Estados Unidos”. (VAGO, 1999a, p. 191)

Ressalto que o estudo desse autor foi centrado em um cenário específico que é a capital de Minas Gerais, no início do século XX mas, talvez, seja esse o motivo pelo qual as aulas de ginástica estivessem sendo direcionadas somente aos meninos. VAGO refere-se especificamente às evoluções militares, mas parece que a ginástica de forma mais ampla estava sendo pensada no preparo da população masculina para uma possível guerra.

MELO apresenta ainda outras possibilidades para a identidade desses possíveis professores:

⁴ Termo comumente utilizado no século XIX para designar as turmas freqüentadas por crianças de ambos os sexos (turmas mistas).

“Podem ter sido alguns praticantes ou ex-praticantes de modalidades desportivas que, ainda embrionariamente, começavam o seu desenvolvimento no Brasil; ou ainda, os imigrantes que traziam o conhecimento adquirido em seus países. Mas, possivelmente, os militares mais ligados a ‘prática’, deveriam constituir a maioria”. (1996, p.9)

Uma das possibilidades apresentadas – os militares como maioria – por Melo me causa algum desconforto porque seus apontamentos divergem dos documentos catalogados até o momento no Arquivo Público do Paraná. Deve-se levar em consideração o contexto da pesquisa realizada por aquele autor e que seu foco específico era a Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Rio de Janeiro⁵. Sendo assim, penso que em sua dissertação ele está mais atento à questão específica do desenvolvimento da formação profissional em si, o que é posterior ao que tento demonstrar aqui.

Quanto à questão da formação, que será desenvolvida posteriormente, é provável que os militares tenham sido os “...primeiros profissionais com alguma forma de especialização a ministrar aulas de exercícios físicos sistematizados” (MELO, 1996, p.10).

Nessas fontes localizadas até o presente momento, referentes ao fim do século XIX no estado do Paraná, há indícios da presença de um professor comum para todas as matérias do ensino. Nesse momento é importante esclarecer que “uma escola pública primária nessa época é ainda uma escola de improviso. Significa que muitas delas funcionavam em espaços precários e provisórios tais como igrejas, prédios comerciais e públicos, casas de família ou dos professores-diretores” (PAIVA e PAIVA, 2001, p.6)

⁵ Essa instituição tinha a sua frente grande número de militares oriundos da Escola de Educação Física do Exército.

Como pôde-se observar em 1882, na cópia da resolução apresentada anteriormente, fica subentendido que os compêndios de *gymnastica* estariam servindo como único material direcionador dos futuros professores. Isso me leva a crer que, provavelmente, ainda não havia nesse período a formação de professores específicos da área. Se havia no meio militar, esse “detalhe” não foi lembrado durante a elaboração de uma lei que, ao menos teoricamente, torna a ginástica obrigatória no âmbito escolar. O que não pode ser esquecido é que as escolas militares possuem autonomia e sendo assim poderia haver formação no meio militar apesar de não haver indícios nos códigos civis.

Outro indicador da inexistência de formação profissional na área é fornecido por VAGO quando este, ao demonstrar os resultados de sua tese intitulada “*Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920)*”, percebe que a Secretaria do Interior fez circular pelas escolas isoladas⁶ e Grupos Escolares⁷ do estado obras relacionadas à ginástica. Segundo o autor, o intuito dessa distribuição era provavelmente “...ampliar o grau de convencimento do professorado sobre a necessidade de inserir os ‘Exercícios Physicos’ nos programas de ensino, ou também para suprir a ausência da cadeira de ginástica na formação docente”. (1999a, p.212)

Um exemplo que pode esclarecer a situação de precariedade em que eram geridas as atividades escolares é o depoimento de José Miranda Silva Reis, presidente da província das Amazonas, apresentado à Assembléia Legislativa, onde este relata algumas das dificuldades enfrentadas nas escolas...

⁶ Escola de classe única gerida no âmbito da vida cotidiana dos professores (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p.1)

⁷ “um novo molde que paulatinamente deveria substituir o das Escolas Isoladas, viabilizando práticas educativas inéditas até então”. (VAGO, 1999, p.14)

Adotando o plano de ensino do diretor da instrução pública no regulamento de 16 de março, não adotei o ensino da ginástica e de higiene por consideração de economia; não adotei por não parecer indispensável, por enquanto, o plano de criação de uma Escola Normal, que demanda um edifício próprio, e pessoal especializado, despesa que a província não comporta no momento.(PRIMITIVO Apud MARINHO, 1952, p.98)

Quem seria esse “pessoal especializado”? Qual o papel dos compêndios na resolução do problema que era a falta de professores especializados? São perguntas que permanecem sem resposta pela falta de um número suficiente de documentos catalogados sobre o tema ou ainda de estudos que discutam essa problemática.

O que está se tentando demonstrar aqui não é uma nova versão histórica dos primórdios da Educação Física, - até porque isso não seria possível em um trabalho monográfico – e sim o esforço na tentativa de levantar o maior número possível de possibilidades. Se uma lei tornando obrigatória a ginástica foi criada, e compêndios – ao invés de militares – estavam sendo enviados para as escolas, é possível que os militares não fossem os únicos – talvez nem mesmo a maioria – envolvidos com a prática daqueles exercícios, e sim, mais um dos grupos a exercer sua influência num conjunto de atividades que buscava como meta o desenvolvimento físico juntamente com o intelectual e o moral. Por outro lado, não conheço a autoria desses compêndios, sendo assim não posso descartar a hipótese de que os militares tenham sido os autores destes.

2.2 – Significados e conteúdos

Referente à Educação Física “...é preciso lembrar que, como de resto acontece com outros saberes escolares, essa denominação não dá conta de suas mudanças ao longo do tempo. O que se define hoje por Educação Física (ainda que não haja consenso sobre essa denominação) não é o mesmo que se entendia em meados do séc.

XIX e mesmo até as décadas iniciais do séc. XX. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p.7)

Neste mesmo sentido, GRUNENVALDT demonstra a relevância de se “...caracterizar o conceito à luz das contribuições e dos significados que o mesmo assumiu nos diversos momentos e contextos em que se faz alusão ao conceito (1998, p.103).

Seguindo por essa trilha, passarei a demonstrar um pouco das práticas e significados que estariam sendo relacionados ao termo “educação física” no século XIX – citando ainda algumas obras publicadas no final do século XVIII – e que posteriormente passariam a constituir a disciplina Educação de Física.

MARINHO [195?] cita um interessante documento do final do século XVIII que pode ser considerado como o mais antigo estudo dedicado especificamente à educação física, escrito em língua portuguesa. Trata-se de um “Tratado de Educação Física e Moral” onde pode ser verificado que assuntos como eugenia, hereditariedade, alimentação, higiene, puericultura⁸, concepção, gravidez e parto faziam parte da preocupação com a educação física. O trabalho foi dividido em sete capítulos, dos quais o primeiro diz respeito aos defeitos da educação da mulher e os cinco seguintes referem-se à educação física e moral dos meninos, dividindo-a nestes períodos: “...do nascimento aos 4 anos, dos 4 anos aos 10 anos, dos 10 anos aos 12 anos, dos 12 anos aos 18 anos, dos 18 anos aos 20 anos” (MARINHO, [195?], p.18).

Neste mesmo século, em 1790, Francisco de Melo Franco (Apud MARINHO, [195?], p. 19) publica em Lisboa um “Tratado da Educação Física dos Meninos para uso da Nação Portuguesa”, onde o autor lastima o afastamento da vida natural, preconizando a volta do homem à natureza. No ano seguinte, Francisco José de Almeida citado por Marinho [195?] publica, também em Lisboa, por determinação da Academia Real de Ciências, outro tratado. O diferencial deste autor é a distinção que ele estabelece entre movimentos e exercícios.

⁸ “Conjunto de meio médico-sociais voltados ao perfeito desenvolvimento físico e mental das crianças, desde o período da gestação (MICHAELIS, 2001, p.712)

Apesar desse acúmulo de material, as propostas, projetos e cursos que viessem a concretizar essas teorias estavam longe de acontecer. Pode-se classificar este período como o de busca de um caminho para o crescimento e desenvolvimento de uma Educação Física que se caracterizava pela falta de sistematização e programação curricular. Será demonstrado ao longo do trabalho que alguns indícios de que uma organização, que possibilitasse a criação de um curso superior, estaria sendo posta em prática somente no início do século XX.

Afirma Inezil Penna Marinho (1952, p.101) que em 1828 foi editado no Brasil o primeiro livro sobre Educação Física, escrito pelo médico Joaquim Jerônimo Serpa sob o título “Tratado de Educação Physica Moral dos meninos”. Mais tarde, em 1845 e 1852, são apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro teses sobre educação física e sua influência na educação do homem. Entre estas havia uma que tratava de assuntos como a vestimenta, o aceio, os banhos, etc. Todos esses conteúdos estariam relacionados à educação física. As teses demonstravam ainda a necessidade e a importância dos exercícios para a saúde e o vigor físico.

José Gonçalves Gondra afirma que

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados”. (GONDRA, 2000, p.534)

Em março de 1852, na província das Amazonas, é expedido um regulamento para a instrução primária, no qual também se propunha a educação física e moral, a saber

...a educação consistirá em limpeza, exercícios posições e maneiras do corpo, asseio e decência do vestuário o mais simples e econômico possível, danças e exercícios ginásticos, a omnicultura⁹, passeios de instrução e recreação, os alimentos serão sãos e moderados para os discípulos internos... (MOACIR, apud MARINHO, 1952, p.108-9)

⁹ Relacionado a uma parte da zoologia que estuda as aves.

O mesmo regulamento especifica, ainda, que os preceptores dirigiriam os discípulos na instrução em cada uma das classes, e nos exercícios e atos de “educação física e moral”, sob as vistas e direção do professor. Este regulamento pode produzir a falsa impressão de que essas práticas já estariam ocorrendo ou passariam a acontecer a partir desse momento, mas MARINHO demonstra em relatório apresentado por Gonçalves Dias, encarregado de visitar as principais províncias, que o regulamento não vinha sendo posto em prática.

Vê se pois que os professôres alguma coisa, ainda que pouco, fazem, quanto ao desenvolvimento intelectual dos meninos; no do físico absolutamente nada, nem mesmo os primeiros exercícios de ginástica, ou jogos que fortifiquem o corpo (...) porque a educação é para êles negócio de pouca importância. (1952, p.111)

Pode-se perceber que o propósito da educação física ia muito além de uma aula com movimentos e exercícios ginásticos. Havia a intenção de que os exercícios servissem de ferramenta, através da qual poderia se chegar a beleza e vigor físico. Isso pode ser percebido em um trecho do projeto do deputado de Amazonas, Jorge de Moraes, apresentado em 21 de setembro de 1905. Este projeto, apesar de aprovado, nunca foi posto em prática pelo Congresso Nacional.

A Educação Física deve começar na escola primária, tomar o organismo ainda tenro, massa plástica a todas as impressões, para revigorá-lo e desenvolve-lo; ser continuada no ginásio, acompanhando ao estudante no curso secundário, para não ser abandonada durante o período dos estudos, nas academias e nas universidades. (MARINHO 1942 p.113)

Pode-se perceber que a “preocupação” dessa incipiente educação física, não estava voltada apenas para a formação da criança ou do adulto, e sim para o corpo no amplo sentido da palavra: corpo que veste; que come; que nasce; cresce e se desenvolve; corpo que assume novos significados a partir de seus gestos e comportamentos.

2.3 Escolas de formação

Apesar de alguns esforços por parte de governantes que compunham a comissão de instrução – representada pelo deputado da província de Minas Gerais, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira – no início século XIX, em se elaborar um “Tratado de Educação Física, moral e intelectual” (MARINHO, 1952, p.97-100), um curso sistematizado, visando a formação de instrutores, só viria a ser criado vários anos depois, mais provavelmente no início do século XX, como venho a discutir.

Em 1837, o deputado pela província da Bahia, Antônio Ferreira França, primeiramente apresenta o projeto para a criação de uma “sociedade escolar”¹⁰ e posteriormente obtém a criação da “escola primária superior”. Dentre as matérias que compunham o currículo de primeiras letras encontra-se “ginástica e defesa do corpo, compreendidos nado, equitação e dança; de música nacional”. (MARINHO, [195?], p. 24)

Segundo MARINHO, no decreto nº 6370 de 30 de novembro de 1876 ficaram estabelecidas duas Escolas Normais primárias, uma para formar professores e outra para formar professoras. A duração do curso seria de três anos e nele estava incluso a disciplina de ginástica.

1.º ano: instrução moral e religiosa (...), língua nacional, análise gramatical, aritmética até logarítimos; álgebra até equação do 2.º grau; metrologia (...); desenho linear e caligrafia; música vocal (...); ginástica (exercícios graduados sem instrumentos); costuras (na escola de professoras); 2.º ano: língua nacional (...); elementos de cosmografia geral; geografia do Brasil (...); geometria plana; regras de escrituração mercantil; princípios gerais de Educação Física, intelectual e moral religiosa e cívica; metodologia geral (...); desenho linear e caligrafia; música vocal; ginástica (exercícios graduados com instrumentos); tricô, crochê e bordado na escola de professoras; 3.º ano: língua nacional (...); noções gerais de direitos e deveres do homem e do cidadão; princípio de economia social e doméstica; princípios elementares de história natural dos três reinos; noções gerais de física e higiene; noções de história universal; história do Brasil, estudo completo; pedagogia (...); desenho linear e caligrafia; música vocal (...); ginástica (exercícios graduados com instrumentos); tricô, crochê, ponto de marca e bordados nas escolas de professoras). [Grifos meus]. (1952, p. 127)

¹⁰ O intento dessas sociedades seria dar assistência às meninas desamparadas da respectiva paróquia.

Parece clara a intenção de que esses futuros professores participassem das aulas de ginástica, no entanto, isso não significa obrigatoriamente que eles estariam sendo preparados para dar aulas de ginástica. Talvez esses exercícios estivessem servindo apenas como mais uma atividade do curso que deveria ser realizada por seus alunos.

Não fica explícito se o ensino de ginástica estaria sendo direcionado a ambos os sexos, mas provavelmente fosse apenas para os homens, assim como os trabalhos manuais eram ensinados somente às mulheres. Entretanto VAGO (1999) problematiza que ao contrário do que fora determinado em lei nas escolas de Belo Horizonte, no início do século XX as meninas estavam tendo aulas de ginástica.

No Arquivo Público do Paraná foi catalogado um documento de 1882, cujo conteúdo se assemelha ao decreto de 1876 citado por Marinho. Trata-se de um “Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná”. Entre as matérias que deveriam ser ministradas à alunos e alunas estavam: “elementos de sciencias phisicas e naturaes, de physiologia e de hygiene”. Nas matérias ministradas conforme o sexo dos indivíduos a que se destina: “gymnastica e officios manuáes (para alumnos) e prendas domesticas (para alumnas)”.

Estes dois exemplos podem nos dar a impressão de que os cursos estariam ocorrendo na mais perfeita ordem e eu estaria com a questão resolvida, mas Marinho revela que as coisas não se deram exatamente assim. A cadeira de ginástica viria a ser suprimida no ano de 1887 pela falta de aparelhos adequados a prática e pelo número limitado de alunos. Dessa forma, o que garante que o mesmo não tenha ocorrido com o Regulamento de 1882 no Paraná?

O decreto número 8025 de 16 de março de 1881, baixa outro regulamento para a Escola Normal do município da Corte, dividindo o curso da referida escola em duas seções: a de ciências e letras e a de artes. A obrigatoriedade da ginástica se estende às duas seções e a sua constituição é a seguinte: exercícios disciplinares, movimentos

parciais e flexões, marchas, corridas, saltos, exercício píticos, equilíbrios e exercícios ginásticos.

Para Marinho um dos principais acontecimentos do ano de 1882 foi o parecer de Rui Barbosa¹¹ sobre o projeto n.º224 – Reforma de Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública. O projeto foi analisado por ele de forma detalhada e a educação física recebeu papel de destaque sendo considerada a base sobre a qual estariam os outros princípios. Seu parecer apresenta pela primeira vez, detalhes técnicos na introdução dos programas de Educação Física. (MARINHO, [195?], p. 27)

É provável que muitas das propostas e projetos elaborados com o intuito de criar escolas de formação de professores no século XIX não tenham se concretizado mas, esses acontecimentos foram fundamentais para o desenvolvimento da Educação Física já que os mesmos documentos continuariam a servir não só como base muitos anos depois mas também para criar condições de que os próximos se materializassem.

¹¹ Rui Barbosa foi advogado e político de grande expressão na vida cultural do Brasil. foi também deputado e senador e seus pareceres sobre as reformas do ensino superior, secundário e primário foram emitidos em 1882 e tiveram larga repercussão, influenciando decisivamente para que a Educação Física encontrasse ambiente favorável ao seu desenvolvimento”. (MARINHO, [195?], p.27)

3 EDUCAÇÃO FÍSICA NO SÉCULO XX

3.1 Primeiras iniciativas rumo à formação do profissional de Educação Física

Inezil Penna Marinho declara que no Brasil os primeiros esforços de formação dos professores de educação física se deram em 1902, com a fundação – por iniciativa do coronel Pedro Dias de Campos – de uma Escola de Esgrima com sede no Batalhão de Caçadores no Quartel da Luz, São Paulo. MELO (1996) supõe que essa formação básica possibilitasse a atuação fora dos quartéis.

Logo no início do século XX, em 1905, o deputado amazonense Jorge de Moraes foi autor do projeto que representou a primeira iniciativa de caráter nacional, no que se refere a formação do profissional da área como citam MELO (1996) e GRUNNENVALDT (1998). Esse projeto visava a criação de duas escolas de Educação Física, uma civil e outra militar. Para Melo

..tal proposição estava diretamente ligada a clara inspiração de Jorge de Moraes nesse projeto: a realidade da Educação Física e da formação profissional com influência francesa. É mesmo possível especular que tal projeto tenha sido escrito com auxílio direto de militares franceses que estavam no Brasil em missões oficiais. (MELO, 1996, p.10)

Há uma passagem de Moraes citada por MARINHO que se coaduna à este pensamento de Melo com relação às influências exercidas sobre este projeto:

Creio que a fundação de uma Escola idêntica na capital do país será de incontestável vantagem e dela partirão, como acontece em França, todos os instrutores de Ginástica para os diversos corpos do exército espalhados pela república (...) Do mesmo modo a Escola Civil (...) fornecerá os professores de Educação Física para todos os colégios existentes no Brasil. Em nossos dias o professor de ginástica necessita de uma soma regular de conhecimentos que só um curso bem organizado pode fornecer. (1952, p.245)

Neste projeto pode ser percebida a intenção de se criar um curso de formação que visa a preparação daqueles que já estão ministrando suas aulas, porque não fala em futuros professores e sim de professores atuantes que estariam precisando de um apoio técnico/teórico. Outra informação interessante a ser analisada: haveria um curso para civis e outro para militares, o que leva a crer que havia tantos civis quanto militares ministrando suas aulas mas, não fica evidente qual seria a diferenciação entre estes dois segmentos, (exército e população) para que fosse necessário um curso específico para cada um.

Embora este projeto tenha sido aprovado, acabou não se concretizando e passado alguns anos, em 1927, o mesmo deputado voltava a criticar a não execução de seu projeto com o intento de criar escolas de Educação Física voltadas para a formação profissional.

GRUNENVALDT (1998) justifica o fato de o projeto de Jorge de Moraes não ter se concretizado com base nas condições da época; estabelecendo como hipótese de base que no Brasil do início do século XX, não estavam postas, ainda, as condições objetivas e nem subjetivas para a criação de duas escolas de formação de professores de Educação Física.

A partir da experiência desenvolvida em suas pesquisas GRUNENVALDT (1998) constatou que os militares articularam um projeto seguro de intervenção na sociedade civil, visando ao seu controle e disciplinamento. Diante da necessidade de modernização, foi mandado para a Alemanha um grupo de oficiais com a finalidade de estagiar no exército de um país que estava entre os mais modernos do mundo. Naturalmente esses oficiais voltaram entusiasmados para transmitir seu conhecimento adquirido.

Os “jovens turcos”¹² tinham como principal missão a modernização do exército e o desenvolvimento da função educativa e organizadora das massas. Apesar da resistência apresentada por parte dos oficiais superiores mais conservadores, era grande o entusiasmo dessa nova geração de oficiais frente a possibilidade de o Brasil ser envolvido na I Grande Guerra. Essa vontade de mudar contagiava altas patentes como os generais José Caetano de Faria, Antônio Geraldo de Souza Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso e Cardoso Aguiar. “Essa conjugação de esforços da oficialidade jovem, envolvida com a profissão militar e com as reformas estruturais, aliada às iniciativas dos generais citados, faz surgir as condições no exército para instituir-se uma Missão Indígena¹³”. (GRUNENVALDT, 1998, p.108)

Assim como MELO (1996) penso que talvez tenham sido mesmo os militares responsáveis por esforços mais efetivos no sentido de sistematizar a formação do profissional de educação física. Isso pode ser percebido nas importantes iniciativas tomadas pelos militares no desenvolvimento das condições necessárias para a implantação futura de escolas de formação em Educação Física. Essas afirmações demonstram grande coerência quando se analisa as iniciativas por parte dos militares, como passo a demonstrar.

¹² “Os oficiais que se identificavam com as tendências de reorganização do Exército eram chamados de “germanófilos” ou pejorativamente de “jovens turcos” em alusão às tendências modernizadoras dos militares turcos, pois o Exército alemão participava na Turquia da reorganização do exército desse país”. (Grunenvaldt, 1998, p. 107)

¹³ Foi denominado de Missão Indígena um grupo de novos oficiais que apoiados pelos seus chefes, implantaram mudanças no sentido de modernizar a instrução dos oficiais na Escola Militar. As providências que foram tomadas no sentido melhorar a instrução militar, repercutiu significativamente no desenvolvimento da Educação Física. (GRUNENVALDT, 1998)

Em 1917 foi criado o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria que serviu, inicialmente, para a formação dos Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra. Neste mesmo ano foi estabelecido, pela primeira vez, um concurso para seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo. Essas duas atitudes tomadas pela cúpula do Exército, contribuíram de maneira significativa para o surgimento da Missão Indígena cuja atuação foi bastante significativa, principalmente no período 1919-1922.

A vinda da Missão Militar Francesa para o Brasil, em 1919¹⁴, representou um marco significativo tanto para o Exército quanto para a Educação Física brasileira, visto que as experiências pioneiras sistematizadas que tratavam da formação de instrutores de Educação Física foram desenvolvidas na Escola de Sargentos de Infantaria, primeiramente com a influência alemã, seguida da forte influência francesa. A influência da Missão Francesa é tida como a mais importante e duradoura e seus efeitos puderam ser sentidos pela significativa participação do grupo de oficiais no Movimento de 1930, coesão jamais vista na corporação antes daquela ocasião. (GRUNENVALDT, 1998, p.111)

Em 1922 foi fundado o Centro Militar de Educação Física no Rio de Janeiro, onde seriam ministrados cursos preparatórios de três meses para oficiais e sargentos. FERREIRA NETO traz mais detalhes sobre o processo anterior à fundação desse Centro e considera que apesar do interesse do exército pela institucionalização da prática da educação física os avanços são limitados até os primeiros anos do século XX e uma “...ação sistemática viria a ocorrer apartir de 1919, por iniciativa de um ‘grupo na Escola Militar’” (1998, p.69), que cria uma associação atlética de estudantes que se propôs a trabalhar pela organização da Educação Física. Neste

¹⁴ GRUNNENVALDT cita o ano de 1919 como sendo o da “missão militar Francesa” mas a influência dos militares franceses em suas missões oficiais já havia sido referenciada por MELO (1996) em 1905.

mesmo ano o grupo de oficiais e cadetes leva ao conhecimento do presidente da República os seus propósitos em um manifesto da União Atlética da Escola Militar. Ferreira Neto transcreve na íntegra um documento que demonstra o crescimento das reivindicações pela regulamentação da Educação Física. Devido a relevância de seu conteúdo cito alguns segmentos que achei mais interessantes.

Queremos que uma voz única e um só método ensinem, aos novos de hoje, os efeitos benéficos dos exercícios físicos e o seu valor entre a juventude brasileira. (...) A União Atlética da Escola Militar, criada no seio dos acadêmicos militares do Brasil, tem, nos seus estatutos, um artigo que obriga o sócio a fundar, em qualquer ponto do território nacional onde esteja, uma sociedade de Cultura Física, auxiliando ainda, como instrutor, as classes estudiosas nos Centros Desportivos e Atlético. (Escola Militar do Rio de Janeiro, Março de 1922 Apud FERREIRA NETO, 1998, p.75)

Ferreira Neto alerta que talvez esse discurso de oficiais e estudantes da Escola Militar de 1920 tenha sofrido uma alteração na grafia por possuir uma letra semelhante à dos documentos encontrados na década de 1930. Deve-se atentar ainda para o fato de que apesar de classicamente se considerar que a campanha pela educação física no exército teria se concretizado em 1922 com a fundação do Centro Militar de Educação Física, essa fase foi efêmera, pois não chegou a formar a primeira turma de instrutores, embora a questão da inclusão da Educação Física como componente fundamental à formação da tropa ganhasse força durante esse período (1920-1930). “Dessa forma, a Educação Física no Exército se restringiu aos Corpos da tropa e à Escola Militar, locais onde havia oficiais formados nas turmas de 1920 e 1921, todos orientados pelos então tenentes Newton Cavalcanti e Ilídio Romulo Colonia”. (FERREIRA NETO, 1998, p.79)

Mesmo que a duração do curso – 3 meses – oferecido pelo Centro Militar estivesse distante do necessário para uma formação emergencial, este é provavelmente um dos primeiros projetos executados – mesmo que isso só tenha

acontecido alguns anos mais tarde, em 1929¹⁵ – com a realização de um curso provisório de formação em convênio com a prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro). A condução dos trabalhos foi entregue à responsabilidade dos tenentes Inácio Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos (médico) (MELO, 1996; NETO, 1998).

Nessa mesma época Carneiro Leão se destacou por ser um incentivador da Educação Física nas escolas municipais do Distrito Federal, contudo, ele enfrentou dificuldades para viabilizar ações nessa área por falta de pessoal especializado, como se observa nos comentários de um artigo da revista *A Defesa Nacional*

...não será perigoso, não será de efeitos desastrosos o entregar-se a educação physica da infancia a quem não dispões de sufficientes conhecimentos do assumpto? (...) Bastará ter lido algum tratado de Gymnastica e assistido algum curso improvisado para habilitar-se um leigo da educação physica da infancia? Temos visto em varias escolas municipaes a educação physica entregue a professores [que] (...) não nos consta terem frequentado cursos praticos perfeitos que lhes ministrassem as habilitações necessarias e indispensaveis; e somos de parecer que, apesar de toda a bôa vontade, de que naturalmente se revestem taes professores, não lhes é possivel suprir a falta de experiencia pessoal, só peculiar aos mestres especialistas que sabemos ainda não existirem entre nós”. (Apud FERREIRA NETO, 1998, p.80-1)

Esse segmento deixa claro que pelo menos no Distrito Federal, ainda não havia uma formação sistematizada. É provável que os compêndios de ginástica continuassem sendo o principal material norteador do professor, já que a fonte indica a ocorrência das aulas baseadas nas “insuficientes” informações dos tratados de ginástica e a falta de “sufficientes conhecimentos do assumpto”. Outra questão que considero relevante é perceber que há um reconhecimento da necessidade/importância de se formar professores – necessidade que parece ter surgido a partir das dificuldades encontradas na prática. Isso pode ser percebido porque segundo o artigo da revista *A Defesa Nacional*, o que impediu a viabilização das propostas de Carneiro Leão foi a falta de “mestres especialistas”.

¹⁵ FERREIRA NETO (1998) em seu artigo menciona que essas iniciativas estariam ocorrendo em 1932 tendo sido registrada pela Revista de Educação Física, diferente de MELO (1996) que cita o ano de 1929 para a mesma ocasião.

Um dos grandes responsáveis pela realização da formação emergencial de professores de educação física foi o professor Fernando Azevedo, o qual escreveu em 1916 a obra “Antinous” e em 1920 “Da educação física”. Dentre os participantes do curso Azevedo teria escolhido alguns civis – que segundo Melo eram “...professores de outras áreas ou já envolvidos, por algum motivo, com o ministrar de aulas de Educação Física nas escolas.” (1996, p.10) – como alunos. FERREIRA NETO (1998) cita que esses civis seriam todos professores públicos do Distrito Federal.

Outra iniciativa no sentido da capacitação dos referidos profissionais pode ser percebida durante o I Congresso de Eugenia em 1929, no qual uma das propostas era a organização de escolas superiores de Educação Física para preparo de professores.

Um outro autor que nos auxilia na compreensão deste processo é VAGO, o qual realizou um estudo de caso sobre a formação do professorado para atuar no ensino de Educação Física em Minas Gerais, na década de 1920. Para este autor o fortalecimento da escolarização da Ginástica se deu “...com o advento da República, da higienização e disciplinarização dos sujeitos e do todo social e da melhoria da raça”.(1999b, p.52) Sendo assim, as Escolas Normais – responsáveis pela formação dos professores do ensino primário – apareciam como um campo de disseminação de idéias de higiene, disciplina e eugenia.

Vago percebe que até a metade da década de 1920, a formação dos professores do estado de Minas Gerais era muito dependente dos ordenamentos legais que impunham programas para o ensino das Escolas Normais, bem como das instruções para realizá-lo.

A partir da metade da década de 1920, este autor identifica que são criadas novas e importantes estratégias na “...consolidação do campo disciplinar da ‘gymnastica’ [que] incluem a reconfiguração de seu programa de ensino nas Escolas Normais e no Ensino Primário e as possibilidades que abrem para uma crecente especialização docente para esse componente do programa escolar”. [grifo meu] (VAGO, 1999b, p.57)

Dentre as estratégias de formação dos professores do estado de Minas Gerais encontra-se a publicação e circulação da Revista do Ensino. Essa revista foi criada em 1892, sendo reformulada em 1925, quando passa a circular mensalmente, divulgando a política educacional do governo por todo este estado. Vago analisa o conteúdo das publicações, particularmente dos artigos que discorrem sobre “Educação Physica” e percebe que

É patente a intenção de fomentar, legitimar e organizar esse ensino [da educação física], buscando-se para isso, principalmente, incentivar e capacitar o professorado para assumir tal responsabilidade, oferecendo-lhe, ao mesmo tempo, suporte teórico, recomendações de natureza metodológica e sugestões de atividades. (VAGO, 1999b, p.58)

A partir dessa breve citação pode-se entender a relevância dessa revista que se apresenta – sob o meu ponto de vista – como uma versão mais elaborada dos compêndios, visto que “...foi uma ferramenta usada para preparar o professorado mineiro no sentido de organizar e atuar em seu ensino, prescrevendo o programa, orientando metodologicamente a sua execução, estabelecendo objetivos e resultados esperados (VAGO, 1999b, p.66). Era um guia, um livro de consulta que talvez amenizasse a falta de formação específica desses professores. Alguns artigos deixavam transparecer a “ambição de alinhar e endireitar os corpos dos desalinhados” e essa “ambição” é que ia potencializando a idéia de que a educação física não poderia ser tratada de maneira difusa, carecendo de um especialista especificamente preparado para realizá-la. (VAGO, 1999b, p. 59-60)

Ou seja, a partir das análises desse pesquisador percebe-se que a revista além de estar levando aos professores conhecimentos considerados como necessários à organização do ensino da educação física, atuou no sentido de iniciar uma conscientização da necessidade de formar especialistas na referida área. No ano de 1927 o Secretário do Interior Francisco Campos, promoveu o “I Congresso de Instrução Primária de Minas” – de 9 a 15 de maio. Uma das problemáticas levantadas durante esse congresso foi a introdução da “cultura physica” na escola primária. Após

os debates, foram aprovadas algumas deliberações que revelam um intenso movimento de constituição e consolidação do campo disciplinar da cadeira de Educação Física nos grupos escolares de Minas Gerais, na segunda metade da década de 1920, evidenciando a tentativa de fortalecer um dos dispositivos considerados centrais na educação racional dos corpos das crianças. (VAGO, 1999b, p. 67-68) Sendo assim, a partir desse congresso a Educação Física passa a assumir uma outra posição que é a de ser parte integrante do programa das escolas públicas primárias e não mais complementar como era anteriormente. Outra implicação desse congresso foi o fortalecimento do movimento de produção do especialista em educação física. Como esses especialistas ainda não existiam, foi aprovado que se constituísse uma comissão que a partir de um estudo, iria ministrar a educação física em aulas que posteriormente seriam repetidas pelos professores encarregados dessa disciplina. (VAGO, 1999, p.67)

Concordo com VAGO quando este demonstra que se tais deliberações eram necessárias, é porque o ensino de educação física nos Grupos Escolares do estado mineiro estava acontecendo em condições precárias e a idéia de constituir uma formação profissional nessa área começava a entrar em processo.

Como produto do I Congresso de Instrução Primária, o governo de Minas Gerais criou a “Inspetoria de Educação Física”. Uma das atribuições desse órgão era “...organizar instrucções para a orientação dos professores de educação phisica e inspeccionar as respectivas aulas, (...) ministrar na Capital um curso especial para formação e aperfeiçoamento do pessoal docente destinado a ‘educação phisica’ [grifo meu] (Art 94 Apud VAGO, 1999b, p. 68).

Este mesmo decreto que cria a Inspetoria ressalta novamente a necessidade da especialização docente

...o professor de ‘Educação Phisica’, para desempenhar suas funções mereceria uma preparação específica, além de uma orientação permanente e de um controle sistemático, o que explica a criação da própria Inspetoria. [grifo meu] (VAGO, 1999b, p.98)

Essas medidas realmente foram colocadas em prática, tanto que, em menos de dois anos a Inspetoria criou em Belo Horizonte uma Escola de Aperfeiçoamento.

O curso completo da Escola de Aperfeiçoamento durava dezesseis meses e entre as disciplinas que constavam do programa estava a de “Educação Physica”. Ao final, eram realizados exames para habilitação [sic] específicas nas diferentes disciplinas. Portanto, ao concluir o curso, os (as) professores (as) aprovados (as) nos exames da cadeira de Educação Física estavam habilitados (as) a exercer o magistério especificamente nessa disciplina. (VAGO, 1999b, p.76)

Este curso parecia preparar o professor para todas as disciplinas, inclusive para ministrar aulas de Educação Física caracterizando o curso como generalista. VAGO demonstra que além desses cursos houveram alguns especificamente direcionados ao preparo de professores de Educação Física. Prova disso é a professora Maria Carolina Nonato que cursou no ano de 1934 um “Curso Intensivo de Educação Física”. O curso foi promovido pela Inspetoria de Educação Física da Secretaria de Educação e Saúde Pública e teve duração de quatro meses. Com o certificado desse curso a professora passou a exercer o cargo específico de professora de Educação Física por mais dezoito anos no Grupo Escolar da cidade mineira de Itamarandiba, até se aposentar, em 1952 (VAGO, 1999b, p.69).

Faltam estudos para o estabelecimento de comparações, mas, talvez em outras regiões brasileiras estivesse ocorrendo um processo semelhante já que o autor ressalta várias vezes que estas transformações estavam sendo incentivadas pelo movimento da Escola Nova. Todas essas iniciativas como revistas, compêndios, “cursos de aperfeiçoamento”, projetos – alguns consumados e outros não – representaram um passo decisivo na formação do profissional de Educação Física, antes do surgimento de cursos superiores na área.

3.2 Ensino superior

3.2.1 EsEFEEx – a “célula-mater” da formação dos profissionais da área

A partir de 1930 a Educação Física, enquanto curso, entra em processo de organização e efetivação tanto no exército quanto na comunidade civil, ou seja, começam a ser estabelecidas as condições para a criação de um curso de caráter superior em Educação Física.

Essa época foi marcada, pelas preocupações que altas personalidades, ligadas a instituições educacionais, destinavam ao trato das questões afetas à formação, organização e difusão da educação física, num país que pretendia se industrializar e que apresenta um contingente populacional bastante heterogêneo, precisando ser organizado à luz do progresso. [grifo meu] (GRUNENVALDT, 1998, p.112)

Neste mesmo ano (1930) o ministro da Guerra transfere o Centro Militar do Distrito Federal para a Fortaleza de São João – por ser um local mais adequado às especificidades de funcionamento de tal escola – e dota-a de material e pessoal necessários. Esse ensino começa a se expandir com a criação de Centros Regionais similares em São Paulo e Minas Gerais.

As informações relacionadas a esses centros são desconstruídas. Afirma-se que teria sido preparada uma turma de quarenta oficiais e médicos e outra de setenta sargentos. Contraditoriamente é apresentado um relatório gráfico dos resultados obtidos pelo Centro, demonstrando que, no ano de 1930, foram matriculados, numa primeira turma, 58 alunos, dos quais 31 obtiveram aprovação, 12 foram reprovados e os 15 restantes aparecem como alunos desligados por diversos motivos. (FERREIRA NETO, 1998, p.82)

Para FERREIRA NETO (1998, p.84) esses desencontros estão provavelmente relacionados com a “revolução” de 1930 que ocasionou a suspensão dos trabalhos em

andamento. Essa breve interrupção não viria a causar danos uma vez que, os alunos teriam sido enviados a outras instituições do exército e sociedades esportivas da capital e dos estados na intenção de difundir a prática da educação física.

No ano da “revolução” o ministro Leite de Castro entra para a divisão de Guerra. Segundo FERREIRA NETO Castro “...tendo vivido na França e conhecido toda a Europa, sabia que o Brasil estava atrasado pelo menos vinte anos em relação ao desenvolvimento da Educação Física” (1998, p.82-3). Por meio desse ministro, entra para o Centro Militar o então Major Newton de Andrade Cavalcanti.

Através de seu entusiasmo, Cavalcanti inicia uma transformação considerada por Marinho como radical. Com o auxílio e influência de inúmeras autoridades e da Companhia Brasileira de Melhoramentos e Construção inicia-se a edificação de um ginásio e o ano de 1931 termina com a formação de cento e sessenta instrutores e monitores de Educação Física.

O ano seguinte (1932) também é marcado por grandes conquistas:

Os trabalhos são iniciados com mais de trezentos alunos. A Guarda Civil e Inspetoria de Veículos matriculam cem homens para prática da educação física e dezoito alunos nos cursos normais. Os cursos de instrutores, médicos especializados, massagistas, mestres de armas e monitores de educação física, funcionam normalmente, há dinamismo, alegria, grande entusiasmo, o Ginásio ergue-se por fim majestoso, junto ao mar, em frente ao Pão de Assucar como moldura digna do Brasil. (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933, Apud FERREIRA NETO, 1998, p. 84)

As informações acima oferecem um panorama do prestígio alcançado pelo então diretor Newton Cavalcanti. O Ginásio Leite de Castro iniciado no ano de 1931 é inaugurado no início de 1933 sendo este equipado com todas as instalações necessárias à execução do “método” regular. Newton torna-se patrono da escola e suas obras e ações são exaltadas na Revista de Educação Física¹⁶ de 1932...

¹⁶ O ano de 1932 foi o primeiro em que começou a circular a revista de Educação Física, sendo esta considerada como órgão divulgador oficial da “doutrina escolar e dos seus princípios da educação do corpo sob seus múltiplos aspectos”. (FERREIRA NETO, 1998, p.85)

Em um ano o Centro Militar de Educação Física adquiriu um progresso vertiginoso. Conseguiu achar a sua grande róta. Desse simples barracão de madeira feito, em princípios de 1931, pelo esforço de seus primeiros e abnegados instructores a este edifício maravilhoso, que contem um Ginásio único no Brasil – quiçá na América do Sul. E o plano de aparelhamento material é empolgante, é digno da tarefa grandiosa que se propõe: transformar esta sub-raça feia e triste – que habita o Brasil, n’uma raça, alegre, fôrte, vitoriosa. Mais uma vez se comprova que as grandes obras só podem ser fructos da vontade integrada de um só homem. Os conclaves de sabio são inocuos e retóricos. Essa obra representa a vontade monolítica e o descortínio luminoso do Coronel Newton Cavalcanti. Desde a ‘Missão Indígena’ na Escola Militar que êle é animador da Educação Física. (...) Em um ano, n’um curto ano, vencida a má vontade de muitos e a incompreensão de alguns, êle vem montando a máquina que realisarâ essa obra e que o fixará para sempre no espírito da gratidão nacional. (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/1936, apud FERREIRA NETO, 1998, p. 85-6)

Provavelmente esses centros estivessem realmente funcionando como uma forma de expansão da educação física, tanto que “a participação do primeiro diretor do Departamento de Educação Física, Carlos Marciano de Medeiros, em um curso do Centro Militar do Rio de Janeiro (...) permitiu que o ideário transmitido pelo referido centro fosse propagado no Espírito Santo”.(SILVA, 1997, p.159) Isso ocorreu por meio da criação da Escola de Educação Física do Espírito Santo.

Esse momento representa que as ações que já vinham acontecendo antes da construção do centro estavam se efetivando de modo que no dia “...19 de outubro de 1933, o governo Vargas, pelo Decreto 23.252, cria/transforma o Centro Militar de Educação Física em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). Por esse ato estava criada a “celula-mater” da formação de profissionais para a área no País”. (FERREIRA NETO, 1998, p.85)

O decreto de criação da Escola de Educação Física do Exército confirma os mesmos objetivos postos pelo Centro Militar, isto é, ensinar o método da Educação Física regulamentar orientando e difundindo a aplicação do método. Para tanto a escola formará

...instrutores e monitores de Educação Física, mestres-de-armas e monitores de esgrima; proporcionará aos médicos especialização em Educação Física; graduará massagistas esportivos; fornecerá aos oficiais, em geral, os conhecimentos indispensáveis à direção da Educação Física e da esgrima; formará, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; incrementará a prática da Educação Física e dos desportos; estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado Maior do Exército e manterá correspondência com institutos congêneres nacionais e estrangeiros. [grifo meu] (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/1933, Apud NETO, 1998, p. 86-7)

Fica claro – “formará eventualmente (...) recrutados no meio civil” – que o principal objetivo não era sanar o problema da falta de professores especializados nas escolas ou ainda tornar o curso acessível aos civis. Para que estes pudessem ingressar na escola era necessário que aceitassem o regulamento em vigor e mediante uma contribuição mensal.

FERREIRA NETO conclui que a participação de civis em cursos de Educação Física, mesmo que de forma incipiente, já se dava desde 1929. Inicialmente por indicação de Fernando de Azevedo aos professores públicos do Distrito Federal e depois pelas evidências da participação de professores de outros estados.

O projeto de inserção da educação física foi reforçado na festa de colação de grau e encerramento do ano letivo, ocorrida no dia 28 de dezembro de 1933, em cerimônia presidida por Getúlio Vargas à presença de Ministros representantes da Argentina, Colômbia e Chile, da Missão Francesa, de clubes esportivos e de associações civis. A partir de então “todos os cursos criados (...) seguem o ‘padrão’ da Escola de Educação Física do Exército” (FERREIRA NETO, 1998, p91)

Neste momento a escola já estava concretizando a sua projeção, principalmente no meio militar e amplia suas ações no ano de 1934 revalidando os primeiros diplomas obtidos no estrangeiro. Apesar de a EsEFEx não ser uma escola de ensino superior, serviu de alavanca para que, alguns anos depois surgisse a ENEFD que se ligaria a Universidade do Brasil.

A partir desse momento o grande problema, na concepção de FERREIRA NETO, era enfrentar a falta de uma legislação direcionada a prática da Educação

Física em nível nacional, já que a nível local – municípios e estados – várias reformas haviam ocorrido, emprestando à Educação Física denominações diversas como: recreação, dança para as moças, trabalhos manuais e boas maneiras para as moças e ginástica.

3.2.2 ENEFD – primeira escola de formação ligada a uma universidade

Em 1935, a Educação Física recebe um destaque especial no VII Congresso Nacional de Educação. Ao final do congresso as conclusões extraídas das teses sobre a organização de institutos ou escolas de Educação Física apontam que ficará a cargo do governo a criação de uma Escola Normal de Educação Física, que será anexada à Universidade do Rio de Janeiro, articulada com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a ser criada. Para a organização do corpo docente, seria adotado o processo de contratação de técnicos de notória competência. (GRUNENVALDT, 1998, p.115)

As conclusões sobre a organização administrativa da Educação Física extraídas também das teses do mesmo congresso foram as seguintes:

...aconselhar o governo da União a criar, junto ao Ministério da Educação, um órgão administrativo nacional que estudasse os problemas da Educação Física e sua difusão; instituir uma política junto aos governos dos estados, no sentido de criarem aparatos que possibilitassem estabelecer cursos para formação de professores especializados; introduzir a prática da Educação Física em todos os graus de educação pública, mesmo que para isso tenham que ser construídas instalações para as universidades, campos, praças e parques ligados às escolas, com a finalidade de vulgarizar a Educação Física. (VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Apud GRUNENVALDT, 1998, p. 114)

Este congresso pode ser considerado um marco bastante significativo, já que o produto extraído deste delineou os caminhos que deveriam ser percorridos para a futura organização da Educação Física brasileira. Neste mesmo ano (1935) sob a

coordenação do Ministro Gustavo Capanema, começava a ser organizada a Universidade do Brasil.

Deve-se atentar para o fato de que a criação da escola estava a cargo de um órgão educacional mas, contraditoriamente quem assume as patentes mais importantes na direção do curso são militares. Inclusive, MELO (1996) cita em alguns momentos de sua dissertação que a ENEFD seria um abrandamento da EsEFEx – no sentido de ter uma estrutura militar amenizada – ou ainda um braço militar dentro da Universidade do Brasil.

Em 1937, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional elabora um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Desportos, do Instituto Nacional de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Neste sentido MELO aponta que “... a educação física estava ligada a um projeto de segurança nacional, algo muito mais complexo do que simples preocupações com uma disciplina escolar...” (1996, p.12).

Ainda em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física (DEF) sob a direção do Capitão João Barbosa Leite, primeiro órgão especializado governamental no nível administrativo federal. A DEF seria responsável por sistematizar e regulamentar todo o processo de formação profissional. MELO evidencia a importância desse órgão “...na medida que permitiu ações mais específicas e efetivas(1996, p.13). FERREIRA NETO complementa dizendo que a criação da DEF e a indicação do Major Barbosa Leite¹⁷ para sua direção são elementos que reafirmam uma relação entre o meio militar e a Educação Física que seria duradoura na Educação Física brasileira (1998, p.71-72).

¹⁷ Melo indica Barbosa como Capitão enquanto Neto o faz como Major.

No ano seguinte (1938) a DEF estava concluindo seu plano de ação com a construção, criação, instalação e funcionamento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, assim como do Instituto de Educação Física, que funcionava anexo à Escola. Neste mesmo ano, realizou-se um curso de emergência, a partir da ação conjunta do Departamento Nacional de Educação¹⁸.

MELO (1996) chama a atenção para o fato de que “embora não preparando especificamente militares, é importante perceber e ressaltar a sua influência ainda presente, não só através de órgãos específicos envolvidos no convênio (Ministério da Guerra e EsEFEx), como na própria figura do diretor da DEF e no corpo docente do curso, formado em sua maioria por oriundos da EsEFEx.

GRUNNENVALDT também reconhece o destaque e a participação decisiva dos militares que, segundo ele sintetizaram toda a experiência que vinham desenvolvendo na EsEFEx sendo diretores da ENEFD. Este autor observa ainda que a grande facilidade com que a ENEFD chega à Universidade do Brasil deve-se ao trânsito facilitado que os militares tiveram no Estado Novo com o Governo Vargas e o modelo de sociedade que estava sendo planejado para o Brasil (1998, p.116 - 117).

Mas os militares não eram os únicos envolvidos na criação dessa importante instituição. Os médicos, já com o “status” acadêmico adquirido pela própria profissão, também ocupam lugar de destaque. Para GRUNNENVALDT

...a presença dos médicos se justificava na ENEFD, pois traduzia os mais altos interesses do Estado, que defendia a bandeira do trabalho e promovia, ensejando a produtividade e o progresso, forjando e melhorando, pela sua contribuição científica, o estado de aptidão física e a saúde do cidadão brasileiro. (1998, p. 117-118)

¹⁸ Órgão do Ministério da Educação e da Saúde ao qual se ligava a DEF, do Ministério da Guerra, através da EsEFEx e da Prefeitura do Distrito Federal.

Outro grupo que estava presente eram os atletas e ex-atletas, que

“...pela peculiaridade com que lhes cabia a parte técnica ou porque eram ‘considerados os práticos’, provavelmente não tenham sido tão decisivos nos desígnios da ENEFD, nos anos iniciais de sua existência, até porque a atividade física era vista ainda na academia com certo desprezo em relação ao mundo das idéias, sofrendo, portanto, os professores que eram ex-atletas esse estigma (...) sua legitimidade se dá à medida que o esporte enquanto fenômeno social com grande potencial aglutinador, torna-se um elemento de intervenção junto às massas”. (GRUNNENVALDT, 1998, p. 118)

MELO (1996) também identificou uma distinção entre as classes – médicos, ‘práticos’ e militares – envolvidas na organização da ENEFD, principalmente no que diz respeito às verbas destinadas a congressos, viagens e eventos esportivos. Assim como Grunnenvaldt, este autor também concorda que “...os professores de educação física, principalmente os ligados às cadeiras práticas, ocupavam menor espaço e gozavam de menor prestígio e poder”.

E é nesse contexto que a escola finalmente é criada, pelo Decreto Lei 1212 (a 17 de abril de 1939) graças a ação da Divisão de Educação Física, através de seu diretor João Barbosa Leite, de Inácio Fretas Rolim que seria seu primeiro diretor e de Gustavo Capanema, Ministro da Educação. (MELO, 1996, p.14)

A exposição de motivos apresentada por Gustavo Capanema (1939) a Getúlio Vargas para a criação da ENEFD, deixa claro que

Ela será, antes do mais, um, centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela educação física, e pelos desportos. Funcionará, além disso, como um padrão para as demais escolas do país, e, finalmente, como um estabelecimento destinado a realizar pesquisa sobre o problema da educação física e dos desportos e a fazer permanente divulgação dos conhecimentos relativos a tais assuntos. (Apud MELO, 1996, p.14)

A cerimônia oficial de fundação ocorreu em 01 de agosto de 1939. Nela estavam presentes

“...os futuros professores da ENEFD, alunos da primeira turma, os professores da EsEFEx e autoridades governamentais dos mais diversos escalões (inclusive o presidente da República, Getúlio Vargas) realizaram uma cerimônia nos moldes das formaturas realizadas em quartéis nas dependências do Fluminense Futebol Clube, local que abrigaria as aulas práticas da ENEFD em seus primeiros tempos”. (MELO, 1996, p.16)

MELO cita um comentário interessante que Faria Júnior faz sobre a cerimônia de inauguração da ENEFD e que demonstra o quanto esta conservava de características militares: “assim, em cerimônia com características marcadamente militares, os militares passam para uma Escola dirigida por outro militar, e que continha no seu corpo docente grande número de militares e policiais, a responsabilidade de conduzir uma possível educação física civil. (...) na verdade, - a ENEFD foi - um abrandamento da estrutura da EsEFEx. [grifo meu] (Apud MELO, 1996, p.16)

Pode-se especular então, que nem mesmo a ENEFD, considerada a primeira escola de formação de professores na Educação Física brasileira ligada a uma universidade – Universidade do Brasil – pode ser considerada como uma instituição de “passe livre” para civis.

Havia ainda alguns “problemas” que estavam presentes nos primeiros anos da instituição. Um deles é a duração do curso que era de apenas dois anos, ao contrário dos demais, realizados em no mínimo três. Outro era que a ENEFD não possuía uma sede própria, dividindo suas atividades entre as salas emprestadas no Instituto Nacional de Surdos. Essas características acabavam dificultando a transição dos alunos entre uma dependência e outra, além de contribuir para a desconexão da Escola do contexto universitário. (MELO, 1996, p.18)

Mesmo perante essas dificuldades a ENEFD apresenta-se como a primeira instituição de caráter superior que serviria de padrão para as demais escolas do país, tanto que nessa mesma época estava sendo criada a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Esta instituição provavelmente foi fundada com o auxílio de

militares provenientes da Escola de Educação Física do Exército e/ou da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

A ENEFD foi ainda um estabelecimento destinado a realizar pesquisas sobre os assuntos referentes à educação física, bem como a fazer constante divulgação dos novos conhecimentos relativos a tais assuntos. Por ser a primeira instituição superior da área não é de se estranhar que tenham ocorrido vários problemas de nível organizacional e estrutural, mesmo assim “...penso que de alguma forma foi um primeiro passo, um incentivo a reflexão e a organização da profissão, mesmo que de forma ainda desordenada”. (MELO, 1996, p.15)

4 CONCLUSÃO

Percebe-se, que a partir das dificuldades encontradas na prática, como a falta de método, a heterogeneidade das turmas, desconhecimento do conteúdo e inexistência de material, se fazia necessário a criação de um curso sistematizado de Educação Física.

É neste sentido que considero extremamente importante a trajetória dos primeiros professores que no século XIX estavam atuando nas escolas em condições precárias, provavelmente apenas com as informações de seus compêndios, ou no caso de imigrantes com a prática da ginástica comum em seu país de origem.

O estudo de VAGO realizado em Minas Gerais traz elementos importantes ao entendimento da trajetória desses professores escolares no século XX mas, o número de estudos sobre esse período anterior à formação superior em outros estados ainda é limitado, impossibilitando o estabelecimento de comparações que levem a identificação da real origem desses professores.

Os estudos utilizados na composição desse trabalho demonstram que de 1905 a 1939 – que é o ano de criação da ENEFD – os militares assumem o papel principal no desenvolvimento das condições necessárias para a implantação de Escolas de Formação de Profissionais de Educação Física. Contudo, o VII Congresso Nacional de Educação, que trazia como temática central a Educação Física, delineou os caminhos da ENEFD, onde os militares tomam novamente lugar de destaque.

Nesse processo de organização de um curso superior, outros grupos estavam envolvidos, como é o caso dos médicos – e seu tão referenciado “status” acadêmico – e os “práticos” ou ex-atletas que por ter mais afinidade com a parte técnica acabavam se distinguindo dos outros docentes ocupando menos espaço nas

grades curriculares e gozando de menor prestígio e poder que os médicos e militares.

Sendo assim, penso que a Educação Física brasileira é o produto de múltiplas influências, somada às atitudes dos atores que estavam tendo contato com esse conhecimento, ou seja, todos os agentes que promoveram alguma mudança contribuíram na construção desse campo de conhecimento que é a Educação Física. Devo ressaltar que os estudos relacionados à questão da formação profissional em Educação Física ilustraram suficientemente as importantes medidas tomadas pelos militares mas ainda faltam informações que permitam a problematização desses processos. A pesquisa nessa área histórica ainda é incipiente, mas tem despertado o interesse de muitos pesquisadores o que possibilitou seu rápido desenvolvido nos últimos anos.

Analisando o desenvolvimento desse processo percebi que são muitas as lacunas a serem pesquisadas, destaco aqui algumas delas:

No texto procuro problematizar que talvez a prática da ginástica não estivesse tão dissociada da teoria como indica MELO (1996) em alguns momentos, em razão de que os professores estariam se baseando em um material teórico (compêndios) para a realização das aulas práticas. Quais eram os responsáveis pela produção dos compêndios de ginástica distribuídos nas escolas no final do século XIX e início do século XX? Seriam eles médicos, militares ou professores escolares?

Em que momento a prática orientada pelos compêndios passou a ser comum nas escolas – se é que foi um dia - já que são vários os autores que relatam o abandono das aulas de ginástica por problemas como falta de material e/ou espaço necessários, e por esta não ser considerada uma prioridade?

Lembrando que a produção do especialista foi ricamente estimulada em Minas Gerais no período de 1920-1930 com a produção e divulgação da *Revista do Ensino*, com o *I Congresso de Instrução Primária de Minas* e com as reformas do ensino que possibilitaram inclusive a criação de uma *Escola de*

Aperfeiçoamento; será que esses professores da área educacional – e não militar - não teriam muito a contribuir no processo de organização de uma instituição de ensino superior? Qual estaria sendo a relação entre esses especialistas, e os militares envolvidos na criação dos cursos que antecederam a EsFEx e a ENEFD?

5 REFERÊNCIAS

5.1 Referências bibliográficas

1. FERREIRA NETO, Amarílio. Escola de Educação Física do Exército (1920-1945): Origem e Projeto Político-Pedagógico. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na educação física, vol3**. Aracruz ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. 69-95.
2. GONDRA, José Gonçalves. Medicina Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.
3. GRUNENVALDT, José Tarcísio. O Estado, os Sujeitos Políticos e a Criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: a História de uma Hegemonia. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na educação física, vol3**. Aracruz ES: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. p. 96-152.
4. MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física e dos Desportos no Brasil**. RJ: MEC/Divisão de Educação Física, 1952.
5. MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física no Brasil**. SP: CIA. Brasil Editora, [195?].
6. MELO, Victor Andrade de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil: Panorama e Perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.
7. MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos – uma possível história**. Campinas, 1996. 127f. Dissertação (mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Campinas.
8. MICHAELIS. **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.
9. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de (Coordenador). **Civilização, racionalidade e escolarização: educando corpos conformados e vontades submissas?** Curitiba: UFPR – agosto/2001. 24p.
10. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de (Coordenador). **Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física escolar no Estado do Paraná (1846 – 1939)**. Curitiba UFPR – agosto/2001. 25p.

11. PAIVA, Fernanda S. Lopes e PAIVA, Patrícia Regina Lopes. Ensino da gymnastica: memória e problematização. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Sociedade, ciência e ética: desafios para a Educação Física**. Caxambu - MG, 21 a 26/10/2001. CD-ROM.
12. SILVA, Dirce Maria Corrêa. Escola de Educação Física do Espírito Santo: suas histórias seus caminhos (1931-1961). In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na educação física, vol2**. Vitória:UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1997. 157-168.
13. THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar editores, 1981.
14. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos (n.º6): referências**. Curitiba, 2001.
15. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos (n.º7): citações e notas de roda pé**. Curitiba, 2001.
16. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos (n.º8): redação e editoração**. Curitiba, 2001.
17. VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte – 1879-1920**. São Paulo: USP, 1999a. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
18. VAGO, Tarcísio Mauro. Estratégias de Formação de Professores de Gymnastica em Minas Gerais na Década de 1920: Produzindo o Especialista. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na educação física, vol4**. Aracruz, ES: FACHA, 1999b. 51-78.

5.2 Referências de documentos

19. FORTUNATO, Pedro. **Sem título**. Lapa, 18/07/1882. Arquivo Público do Paraná. Códice IV - Instrução Publica ap. nº 0662 vol.16 p.224 – Ofício.
20. NASCAR, Pedor Saturnino de Oliveira. **Sem título**. 24/07/1882. Arquivo Público do Paraná. Códice IV – Instrução Publica ap. nº 0662 vol.16 p.239 – Ofício.

21. CARVALHO, Carlos Augusto de. **Sem título.** 30/06/1882. Arquivo Público do Paraná. Códice IV – Instrução Publica ap. n° 0677 vol. 03, p.186 – Cópia de resolução.
22. PIMENTEL, Sancho de Barros. **Regulamento do Instituto Normal e de Preparatório da Província do Paraná.** 18/01/1882. Arquivo Público do Paraná. Códice IV – Instrução Publica ap. n.º 0667 vol. 21, p. 293-28 – Regulamento.